



Planejamento Territorial e Gestão de Serviços na Atenção Básica

INTRODUÇÃO

Um estudo realizado no município de Marechal Floriano/ES evidencia que uma organização territorial, capaz de tornar mais equânime, integral e universal a distribuição de serviços nas mais variadas escalas do território brasileiro, é um dos grandes desafios a serem enfrentados na busca da eficiência do SUS.

OBJETIVOS

❑ Inovar o processo de territorialização e de regionalização intramunicipal a partir da malha de setores censitários e da operacionalização de modernas ferramentas disponíveis em plataformas online cobrindo todo o território nacional;

❑ Melhorar a eficiência da rede básica de saúde a partir da identificação dos perfis geográficos, demográficos e socioeconômicos das comunidades no território intramunicipal;

METODOLOGIA

Os critérios norteadores da presente proposta de territorialização e de regionalização são estabelecidos a partir da concentração e da dispersão populacional no território, tendo como base a configuração territorial de implantação da Estratégia Saúde da Família – ESF, no território nacional.

A criação de microáreas e de áreas de saúde, pautada por uma metodologia que visa o território a partir das ações e dos serviços básicos de saúde, é baseada na malha de setores censitários do IBGE e editada em navegadores online, diretamente nas telas de computadores, sem necessidade de prévio deslocamento a campo.

O planejamento desses territórios priorizou, por um lado, a redução das grandes extensões comunitária típicas da ocupação rural e, por outro, a redução dos grandes contingentes populacionais que se configuram em reduzidas extensões de áreas urbanas.

O processo de territorialização se inicia com a conversão de setores censitários em microáreas, considerando que estes permitem o prévio conhecimento das diferentes dimensões geográficas, demográficas e socioeconômicas no território intramunicipais.

Estas microáreas passam a ser dividas e/ou incorporadas, em atendimento das normas ministeriais até o limite do teto de Agentes Comunitários de Saúde - ACS, e agrupadas em áreas até o limite do teto de equipes da ESF. A delimitação das áreas se pauta na infraestrutura de serviços básicos e de transporte, visando eficiência na logística de referência e de contra-referência do usuário do SUS, a partir da Atenção Básica.

RESULTADOS

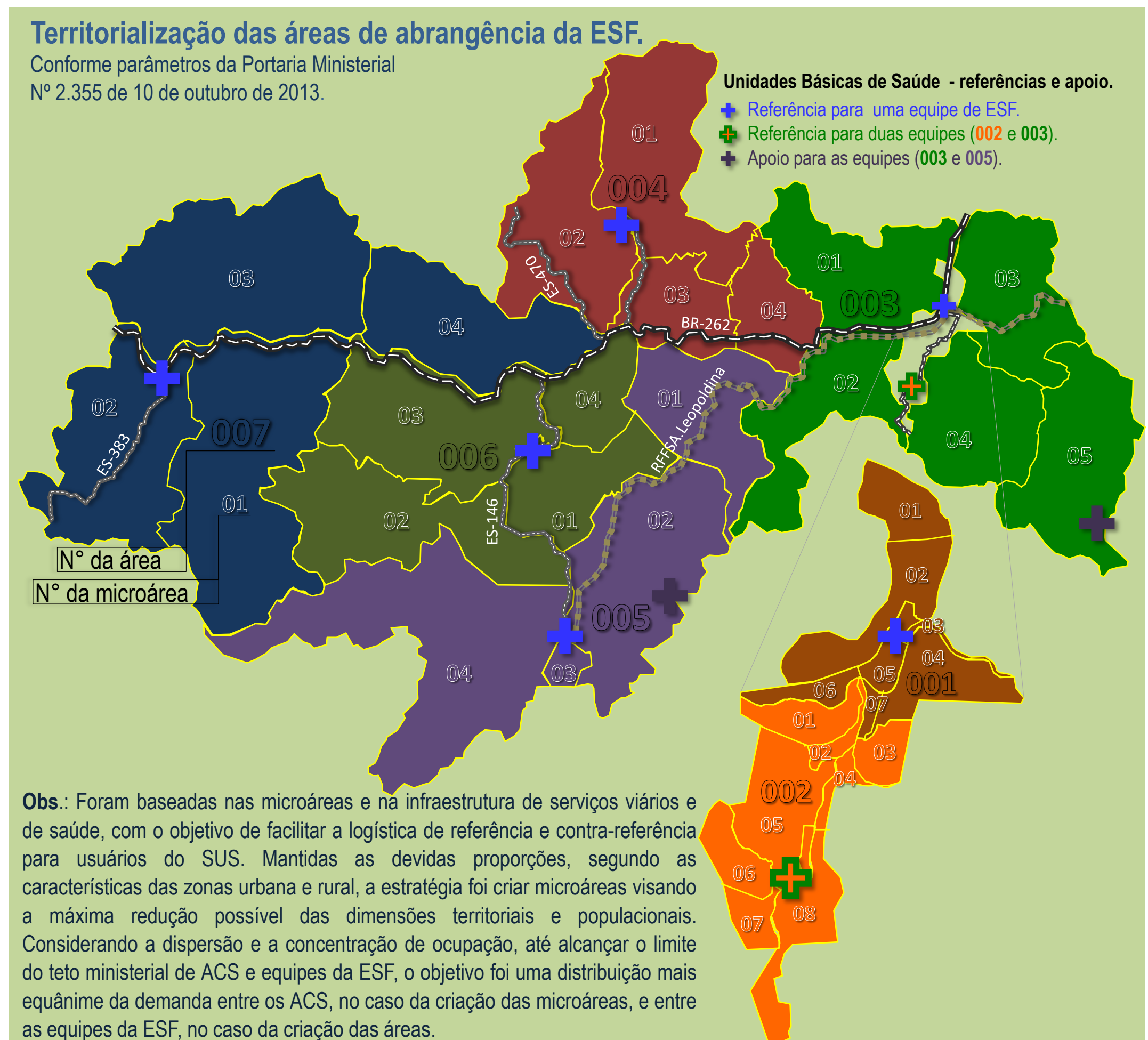
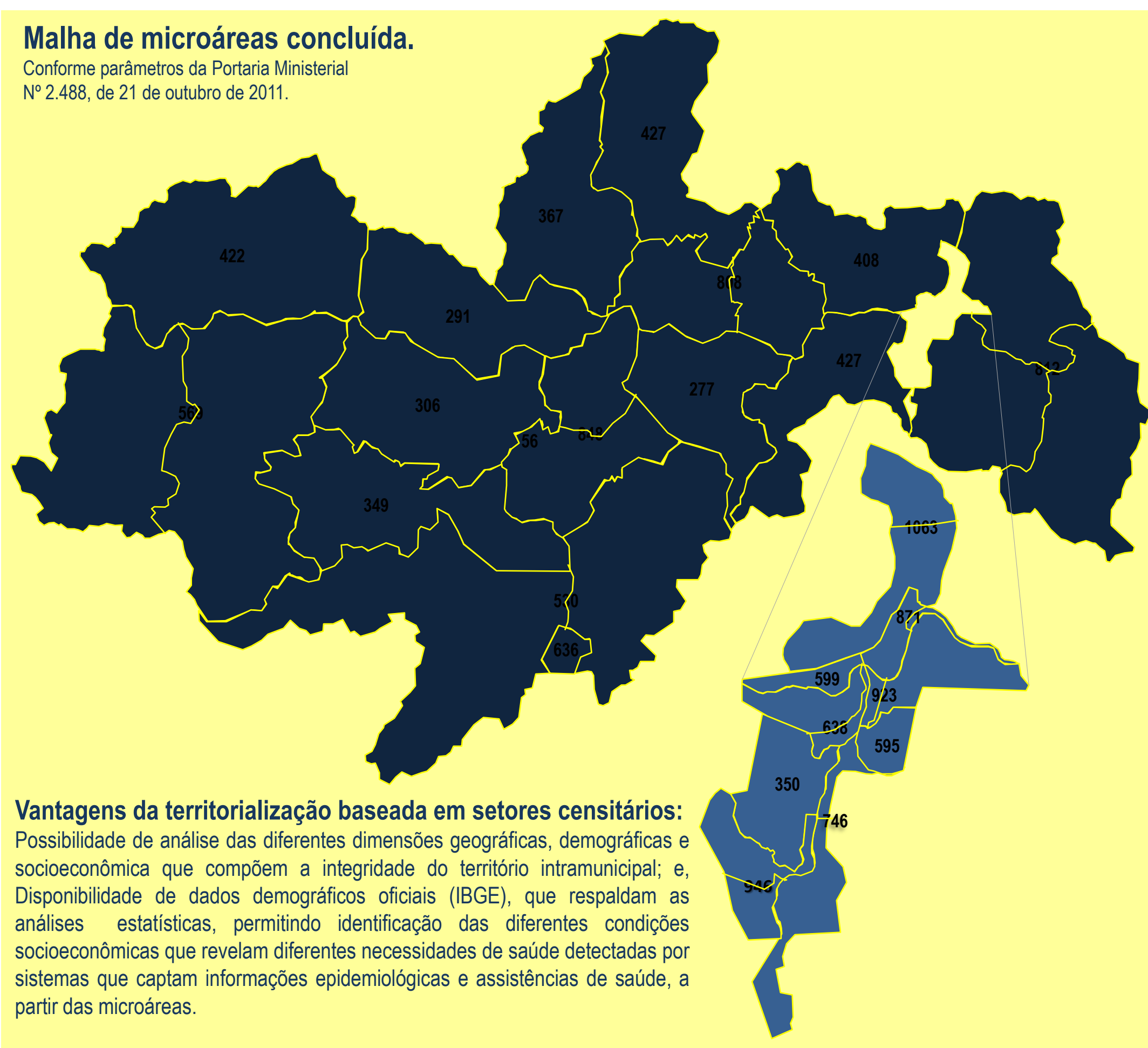
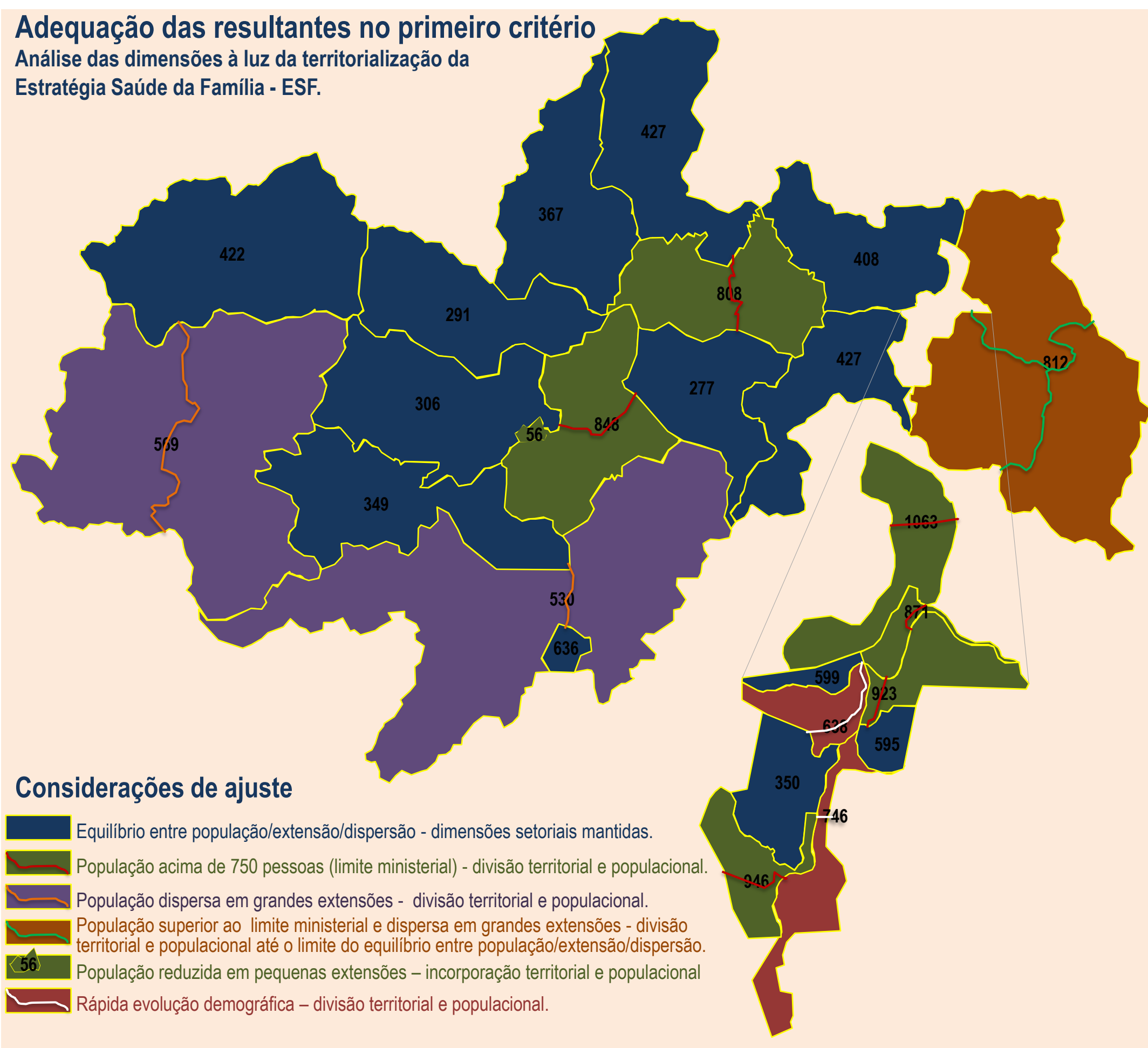
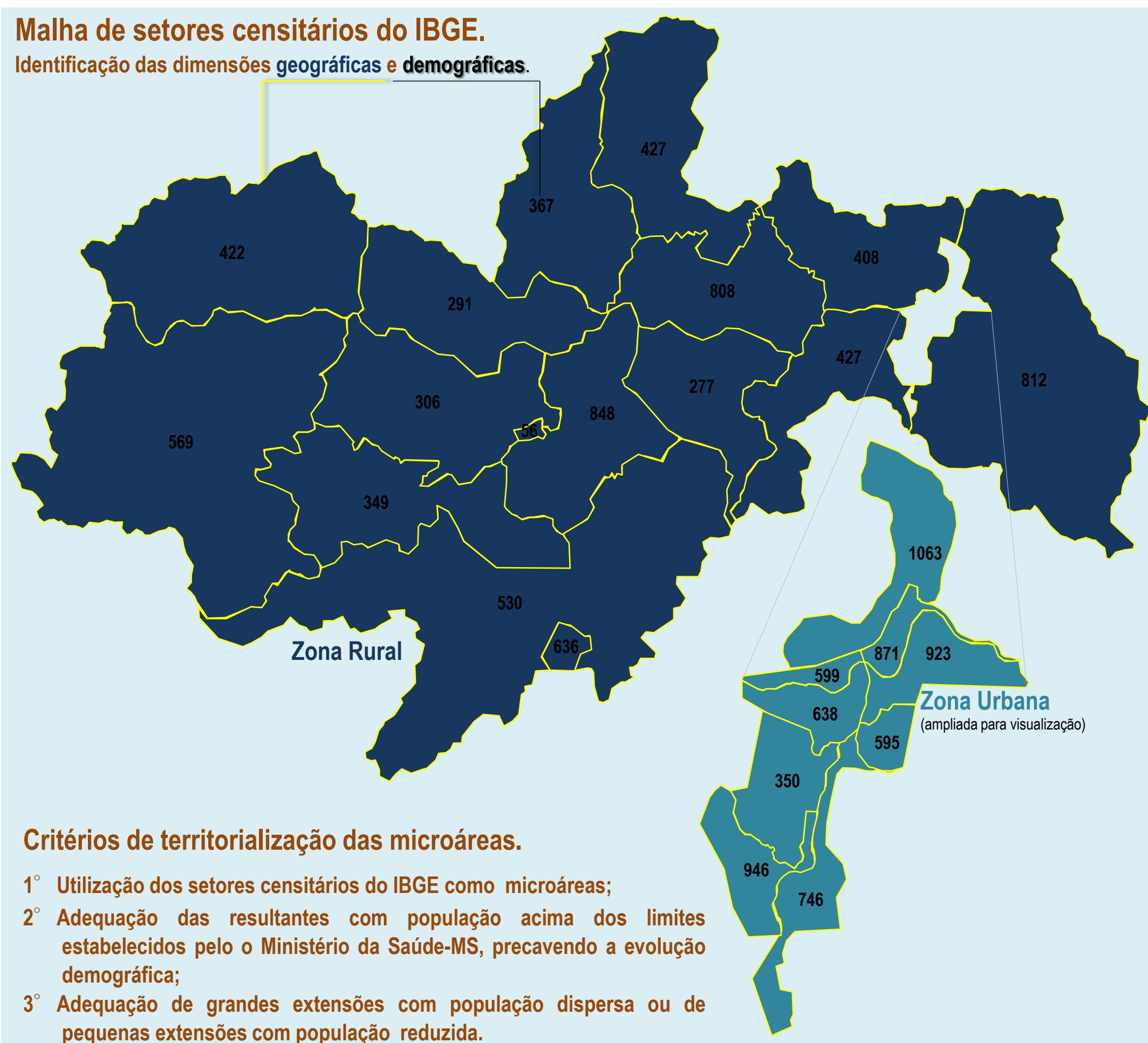
O processo otimizou o teto de ACS e de equipes da ESF, organizando o território intramunicipal e suas múltiplas dimensões sociais, demográficas e geográficas, de forma que as microáreas e as áreas de saúde constituíssem demandas mais homogêneas nas duas zonas do território, garantindo a cobertura integral da população residente no município de Marechal Floriano.

As barreiras geográficas, limitantes da mobilidade na zona rural, foram compensadas pela menor demanda de microáreas e de população por equipes, enquanto que os níveis mais elevados dessa demanda nas equipes urbanas se compensara pela proximidade interdomiciliar e pela disponibilidade de recursos que facilitam a mobilidade intra e intercomunitária na zona urbana.

O produto dessa organização territorial gerou um plano de regionalização que, ratificado pela casa legislativa municipal, materializou uma configuração territorial organizada e preparada para consolidar a rede serviços básico de saúde no município capixaba.

Por fim, a aplicação desse processo mostrou-se factível para municípios maiores e mais populosos, caso em que as regiões poderiam ser formadas por maior agregação de áreas, como, por exemplo, as áreas de abrangência dos Núcleos de Apoio a Saúde da Família - os NASFs.

Autores:
Sebastião Honofre Sobrinho: (27) 3636-8204/8214;
Silmara Bruna Zambon; Ana Laurita Nunes Maia, Carla Torres Pereira Carrión e Pedro Miguel Angel Castillo Díaz.
Referências:
- Manual de Delimitação de Setores Censitários do IBGE – Censo Demográfico de 2010.
- Portarias Ministeriais nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 e nº 2.355 de 10 de outubro de 2013.



Modelo conceitual de plano diretor de regionalização hierarquizado e integrado em todos os níveis das escalas geográficas e demográficas do IBGE.

